

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS: o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar como interface para o Desenvolvimento Rural no Brasil.

Alessandra Rodrigues Guimarães y José Giacomo Baccarin.

Cita:

Alessandra Rodrigues Guimarães y José Giacomo Baccarin (2017). *POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS: o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar como interface para o Desenvolvimento Rural no Brasil. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/1306>



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS: O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NOS ASSENTAMENTOS
RURAIS DE UBERLÂNDIA (MG) - BRASIL

Alessandra Rodrigues Guimarães

alessandrafu@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro (SP)

Brasil

José Giacomo Baccarin

baccarin@fcav.unesp.br

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro (SP)

Brasil



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Nas décadas de 1960 e 1970, o Governo brasileiro montou um sofisticado conjunto de políticas agrícolas, com ações na pesquisa, extensão rural, crédito e preço mínimo. Objetivava-se promover ganhos produtivos que permitissem, inclusive, o aumento da participação brasileira nas exportações mundiais agropecuárias. Os grandes agricultores foram os maiores beneficiários dessa iniciativa. Por pressão dos movimentos sociais, a partir dos anos 1990 começaram a ser gestadas políticas exclusivas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF], voltado à concessão de crédito rural. Após 2003, com vínculo também ao tema de Segurança Alimentar e Nutricional, criaram-se novos programas para a agricultura familiar, destacando-se aqueles ligados à comercialização de alimentos. O primeiro foi o Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], que visa a formação de estoques estratégicos e distribuição de alimentos à população em maior vulnerabilidade social, colaborando com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecendo a agricultura familiar, através da compra por preços superiores aos constatados nos mercados tradicionais. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. É uma política que se diferencia ao articular a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares às ações de segurança alimentar e nutricional. Em 2009, houve a regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE], e entre seus componentes se estabeleceu a obrigatoriedade de se comprar 30% de produtos para alimentação escolar originados de agricultores familiares. Pretende-se, de um lado, contribuir para o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar. De outro, pretende-se contribuir para o desenvolvimento local e aumento de renda dos agricultores fornecedores para a alimentação escolar. A alimentação escolar envolve aspectos cultural-territoriais, interações socioeconômicas, ambientais, políticos-institucionais, respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de se alimentar. A criação e continuidade dessas duas políticas públicas podem



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

contribuir para a permanência dos agricultores familiares no campo. Para a confecção deste trabalho, foram feitos levantamentos bibliográficos sobre Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural e PAA e PNAE. O objetivo é realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado, com o intuito de aprofundar as discussões teóricas sobre as políticas públicas agrícolas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil. Também se procura sistematizar os resultados alcançados, em especial aqueles ligados às condições de vida dos agricultores familiares nos assentamentos rurais no município de Uberlândia (MG).

ABSTRACT

In the 1960s and 1970s, the Brazilian government set up a sophisticated set of agricultural policies, with research, rural extension, credit and minimum prices. The objective was to promote productive gains that allowed, even, the increase of Brazilian participation in world agricultural and livestock exports. Large farmers were the biggest beneficiaries of this initiative. Through pressure from social movements, starting in the 1990s, only policies for family farming, such as the National Program for the Strengthening of Family Agriculture [PRONAF], have been developed for rural credit. After 2003, with a link to the theme of Food and Nutrition Security, new programs were created for family agriculture, especially those related to food marketing. The first was the Food Acquisition Program [PAA], which aims at the formation of strategic stocks and distribution of food to the population in greater social vulnerability, collaborating with the fight against hunger and poverty in Brazil, and at the same time strengthening the through higher prices than those found in traditional markets. For this, the program uses commercialization mechanisms that favor the direct acquisition of products of familiar farmers or their organizations, stimulating the processes of value adding to the production. It is a policy that differentiates itself by articulating the purchase of food produced by family farmers to food and nutrition security actions. In 2009, there was regulation of the National School Feeding Program [PNAE], and among its components, it was established that 30% of school feeding products from family farmers should be purchased. On the one hand, it aims to contribute to the development, learning, school performance of students and the formation of healthy eating habits through the provision of school meals. On the other hand, it is intended to



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

contribute to the local development and income increase of the suppliers farmers for school feeding. School feeding involves cultural-territorial aspects, socioeconomic, environmental, political-institutional interactions, respect to the nature cycle of offering food to meet the basic need of the individual to feed. The creation and continuity of these two public policies can contribute to the permanence of family farmers in the field. For the preparation of this work, bibliographical surveys were done on Public Policies, Rural Development and PAA and PNAE. The objective is to carry out a literature review on the topic addressed, with the purpose of deepening the theoretical discussions about agricultural public policies geared to rural development in Brazil. It also seeks to systematize the results achieved, especially those related to the living conditions of family farmers in rural settlements in the municipality of Uberlândia (MG).

Palavras-chave

Políticas Públicas. Desenvolvimento Rural. Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Keywords

Public policy. Rural Development. PAA. PNAE.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

A criação e continuidade das políticas públicas agrícolas dão sustentabilidade para que o agricultor familiar continue no campo, pois é uma alternativa encontrada por eles para venderem seus produtos e terem clientela durante todo ano. As políticas públicas são importantes para dar legitimidade ao agricultor familiar, é a forma pela qual o estado encontrou para auxiliá-los na sua reprodução no campo.

A produção familiar é importante para a continuidade da tradição e da persistência e permanência dos agricultores familiares, pois mesmo enfrentando todas dificuldades, eles ainda resistem. A compreensão da permanência desta categoria social, diante das transformações que estão ocorrendo no cenário atual da agricultura brasileira é o desafio desta pesquisa.

A proposta deste estudo é analisar a efetividade das políticas públicas nos assentamentos rurais no município de Uberlândia (MG), com o objetivo de verificar se elas contribuem na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, promovendo o desenvolvimento rural. Diante disso, defendemos a tese de que tanto o Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], quanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar [PNAE] contribuem efetivamente na qualidade de vida e no fortalecimento dos agricultores familiares e a estruturação de suas organizações, além do desenvolvimento regional rural no município de Uberlândia (MG).

Esta pesquisa encontra-se em estágio inicial, mas isto não diminui sua importância, pois trata-se de uma temática inserida em um contexto não apenas local ou regional, mas nacional, que é a (re) produção da agricultura familiar.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceitual

A terminologia de agricultura familiar foi institucionalizada pelo governo brasileiro com a promulgação da Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, definindo critérios para delimitar os estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar. A Lei em seu artigo terceiro define que

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

(p.1)

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação [FAO] e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos em que a direção dos trabalhos na propriedade rural era exercida pelo produtor e o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. A definição do universo familiar foi estabelecida a partir das condições básicas do processo de produção, como suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza (FAO & INCRA, 2000).

Com a consolidação da agricultura familiar, o Governo começou a direcionar mais atenção para este segmento, com a criação de outras políticas públicas, como o PAA e o PNAE. Mas a criação dessas políticas se deveu também às reivindicações dos agricultores familiares, pois havia muitas famílias que ainda não tinham aderido ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF] por não se encaixarem nas modalidades do programa e, com a criação destas outras políticas



públicas, mais famílias passaram a fazer parte dos programas voltados para a agricultura familiar.

O PAA foi a primeira política agrícola nacional para a agricultura familiar que se articula com a política de segurança alimentar e nutricional. É uma política que se diferencia, o qual articula a compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares às ações de segurança alimentar e nutricional.

Outra política pública de grande importância para o meio rural é a aquisição de alimentos pela agricultura familiar para a alimentação escolar, que foi instituída pela Lei nº11. 947, de 16 de junho de 2009 e regulamentada pela Resolução nº38, de 16 de julho de 2009, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE]. O PNAE está inserido na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [PNSAN] desde 2005 como um dos seus eixos estruturantes de acesso aos alimentos. Segundo Carvalho e Castro (2009), a alimentação escolar envolve aspectos culturais e territoriais, interações socioeconômicas ambientais, políticos-institucionais, de respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de não sentir fome, entre outros, a fim de promover a Segurança Alimentar e Nutricional [SAN] e o Direito Humano à Alimentação Adequada [DHAA].

A agricultura familiar possui um papel importante para a economia brasileira e também para a sociedade, pois através dos estabelecimentos familiares ocorrem a produção de grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo responsáveis por 38% do valor bruto da produção, correspondendo a R\$ 54 bilhões do total produzido no país (IBGE, 2006).

O agricultor familiar, em seu estabelecimento, desenvolve as atividades agropecuárias em conjunto com sua família, produzindo produtos para o próprio consumo e também para a comercialização no mercado. A relação existente entre família-produção-trabalho na propriedade rural familiar é fundamental para o desenvolvimento do estabelecimento,



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

pois essa união faz com que toda a família esteja envolvida no processo de produção, resultando assim na forma como eles irão se estabelecer economicamente.

Diante do significado sobre o que se entende por agricultura familiar, as propriedades familiares têm como característica principal a realização do trabalho pela própria família, ou seja, a família trabalha diretamente na terra. As unidades de produção rural familiar conciliam o tripé, propriedade, trabalho e família, unindo, portanto, produção e consumo. O trabalho do homem sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir dessa relação, constituem características importantes da agricultura familiar, ou seja, há um amor pela terra e pela natureza adquirida por meio de laços culturais e passada de geração para geração. Essa é a diferença que a agricultura empresarial tem com a terra, vendo-a como um meio de reprodução do capital.

As famílias assentadas representam grande importância na produção de alimentos no município de Uberlândia (MG), tanto por fornecerem os alimentos via PNAE e PAA, como na comercialização nas feiras livres.



III. Metodologia

Para a realização da pesquisa, é preciso que a teoria esteja presente, demonstrando a plenitude da argumentação dos autores. Assim, a teoria passa a ter com a pesquisa propriamente dita uma relação dialética. Ela projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo, que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento (D’Incao, 1979).

Na perspectiva metodológica adotada, apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos. Assim, ampara-se em autores que refletem sobre a questão da agricultura familiar como Abramovay (1992); Lamarche (1993); Fao & Incra (1996); Hespanhol (2000); Mendes (2005); Buainaim e Romeiro (2000).

Toma-se por base teórica também autores que estudam o processo de modernização da agricultura em suas várias nuances e que, de algum modo, possibilitam a compreensão das metamorfoses no espaço agrário brasileiro com a expansão do modo de produção capitalista, tais como: Graziano da Silva (1981; 1996), Graziano Neto (1985), Paiva (1971), Oliveira (1992), e ainda, artigos publicados em periódicos e em anais de eventos atuais, entre outros, para contribuir com a discussão dos principais paradigmas teórico-metodológicos da questão agrária no Brasil, com ênfase na agricultura familiar.

Além de uma discussão teórica sobre a terminologia de agricultura familiar e sobre a modernização da agricultura, também será abordada uma discussão acerca das políticas públicas voltadas para a agricultura, principalmente os programas que foram criados para fortalecer e auxiliar os agricultores familiares do campo, como o PRONAF, PAA e PNAE. Há alguns autores que refletem sobre esse assunto, sobre a temática de Políticas Públicas voltadas para a agricultura, usa-se para a base teórica autores como: Maluf (2009); Buainain e Rello (1998); Carneiro (1997); Becker, Caldas e Sacco dos Anjos (2009); Altafim (2003); Hespanhol (2006), (2014); Saravia e Ferrarezi (2006); Pereira da Silva (2011); Nunes (2007); Bacelar (2003).



Em relação ao Desenvolvimento Rural, serão utilizadas bibliografias de autores como Veiga (1991); Schneider (1994); Kageyama (2004); Carvalho Filho (2001); Ganzirulli (2006), (2007); Saquet e Spósito (2008); Souza e Filippi (2008); Bonnal (2013), dentre outros autores que discutem essa temática.

Serão utilizadas bibliografias de autores que estudam sobre o PAA e sobre o PNAE tais como: Souza (2011); Grisa (2009); Figueiredo (2011); Hespanhol (2008); Melão (2012); Rissardo (2012); Baccarin et al (2013); Belik e Siliprandi (2012); Malina (2012); Silva e Silva (2011); Vannuchi (2012); Almeida e Ferranti (2009); Aristides (2013); Aokipt et al (2013); Chmielewska, Souza e Lourete (2010); Costa (2004); Cruz et al (2014); Coutinho de Paula (2012); Mattei (2007); Colnago (2015); Oliveira (2015); Peixinho (2013); Viana e Viegas (2009), entre outros autores que pesquisam sobre este assunto.

Serão exploradas informações e dados em sites de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE], na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais [EMATER], no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), no Banco Central do Brasil [BACEN], no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE], na Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB], para obter dados e informações sobre os agricultores familiares, a produção agrícola, o valor dos contratos, o uso da terra, entre outras informações.

Durante a realização do trabalho de campo, serão feitas entrevistas com os agricultores familiares que residem nos assentamentos do município de Uberlândia (MG). Dentre estes, serão entrevistadas famílias que produzem e vendem os alimentos cultivados em sua propriedade via PAA e PNAE, com o intuito de verificar se os programas realmente estão garantindo a permanência dessas famílias no campo e a melhoria da qualidade de vida delas. Também serão realizadas entrevistas com agricultores familiares assentados que não participam desses programas, a fim de verificar a qualidade de vida dessas famílias e a forma de produção e comercialização dos alimentos produzidos por eles.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

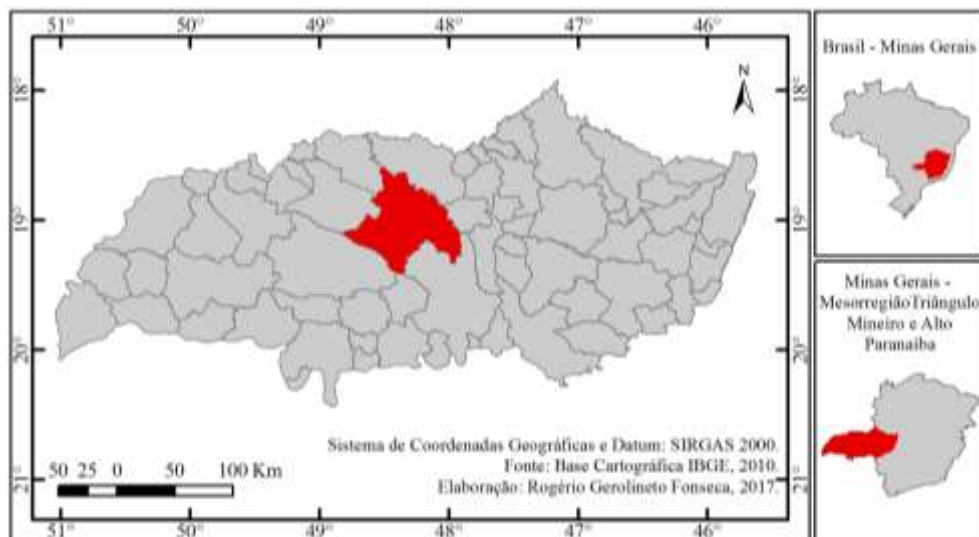
Além desses dois grupos de assentados, também será entrevistadas famílias que moram em assentamentos rurais que arrendam sua propriedade para o cultivo de monoculturas, com o objetivo de averiguar a qualidade de vida dessas famílias, e também se cultivam outro tipo alimento em suas propriedades e a forma de comercialização desses produtos. Serão realizadas também, entrevista estruturada com o presidente das Associações ou Cooperativas de agricultores familiares que participam dos programas, com o objetivo que entender melhor todas as etapas que os agricultores precisam cumprir para fornecer os alimentos, os pontos positivos e negativos de cada programa, e verificar se há uma grande adesão dos agricultores nessas políticas públicas.

É importante destacar que todos os nomes dos entrevistados não serão divulgados e os registros fotográficos serão feitos com a autorização dos entrevistados para garantir a confidencialidade e privacidade dos mesmos.

IV. Análise e discussão dos dados

O município de Uberlândia (MG) está localizado no estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Mapa 1), a área total do município é de 4.115 quilômetros quadrados (IBGE, 2017). De acordo com o censo demográfico realizado pelo Ibge em 2010, o município possui 604.013 pessoas, 587.266 pessoas residentes na área urbana e 16.747 pessoas na zona rural. O município é privilegiado por uma posição geográfica estratégica, localizado entre importantes rotas comerciais, rodovias que ligam a Capital Federal a importantes cidades do país, e a presença de potencialidades naturais (como solo e hidrografia), possibilitaram uma base na infraestrutura e na logística já consolidada desde a década de 1970.

Mapa 1 - Localização Geográfica do município de Uberlândia (MG)



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2010. Elaboração: FONSECA, Rogério Gerolineto, 2017.

O crescimento populacional de Uberlândia (MG) começa ter destaque a partir de 1970, quando o município possuía 124.706 habitantes. Em 1980, a população do município



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

alcançou 240.961 habitantes. Em 1991, havia 367.067 habitantes e, na década de 2000, a população de Uberlândia (MG) passou a ser de 500.095 habitantes. No último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população total do município era de 604.013 habitantes. Na tabela 1 podemos verificar a evolução da população no decorrer desses anos e o número de pessoas que residem na zona rural e na zona urbana do município.

Tabela 1 - População de Uberlândia (MG) por situação de domicílio (1970 – 2010)

Anos	População Urbana	População Rural	Total
1970	111.466	13.240	124.706
1980	231.598	9.363	240.961
1991	358.165	8.896	367.067
2000	487.887	12.208	500.095
2010	587.266	16.747	604.013

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Uberlândia (MG) se configura como um município de significativa relevância para o agronegócio nacional, mas, mesmo possuindo grande destaque neste segmento, são registrados números elevados de ocupação e manifestações de luta pela terra, sendo esses números os maiores da região. É um dos municípios com o maior número de assentamentos rurais do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, totalizando 14 dos 85 existentes em toda mesorregião (Incra, 2016).

Em 1998 foi criado o primeiro assentamento de reforma agrária em Uberlândia (MG), o Projeto de Assentamento (PA) Rio das Pedras, a partir da desapropriação de uma fazenda improdutiva. Em 1999, foram criados mais três assentamentos no município, os PAs Zumbi dos Palmares, Palma da Babilônia e Nova Palma. A partir de 2003, foram



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

criados mais dez assentamentos no município: Nova Tangará, Canudos, Flávia Nunes, Emiliano Zapata, Florestan Fernandez, José dos Anjos, Paciência, Eldorado dos Carajás, Valci dos Santos e Dom José Mauro. A tabela 2 nos mostra a relação de todos os Projetos de Assentamentos Rurais no município de Uberlândia (MG), assim como o ano de criação, o número de famílias que estão assentadas e a área de cada assentamento.

Tabela 2 – Projetos de Assentamentos Rurais no município de Uberlândia (MG)

Nome	Ano de criação	Número Famílias	Área (hectares)
Rio das Pedras	1998	73	1.908
Zumbi dos Palmares	1999	20	546
Palma da Babilônia	1999	12	465
Nova Palma	1999	14	445
Nova Tangará	2003	247	5.095
Canudos	2004	22	667
Emiliano Zapata	2004	23	638
Flávia Nunes	2004	13	417
José dos Anjos	2005	43	1.013
Florestan Fernandes	2005	22	494
Paciência	2005	19	460
Eldorado dos Carajás	2006	23	608
Valci dos Santos	2008	37	800
Dom José Mauro	2009	197	4.470

Fonte: INCRA, 2017. Org.: GUIMARÃES, A. R., 2017.

Pelo mapa 2, podemos verificar que os projetos de assentamentos se concentram no sul, sudoeste e oeste do município de Uberlândia (MG) e apenas um assentamento encontra-se em sua região leste.



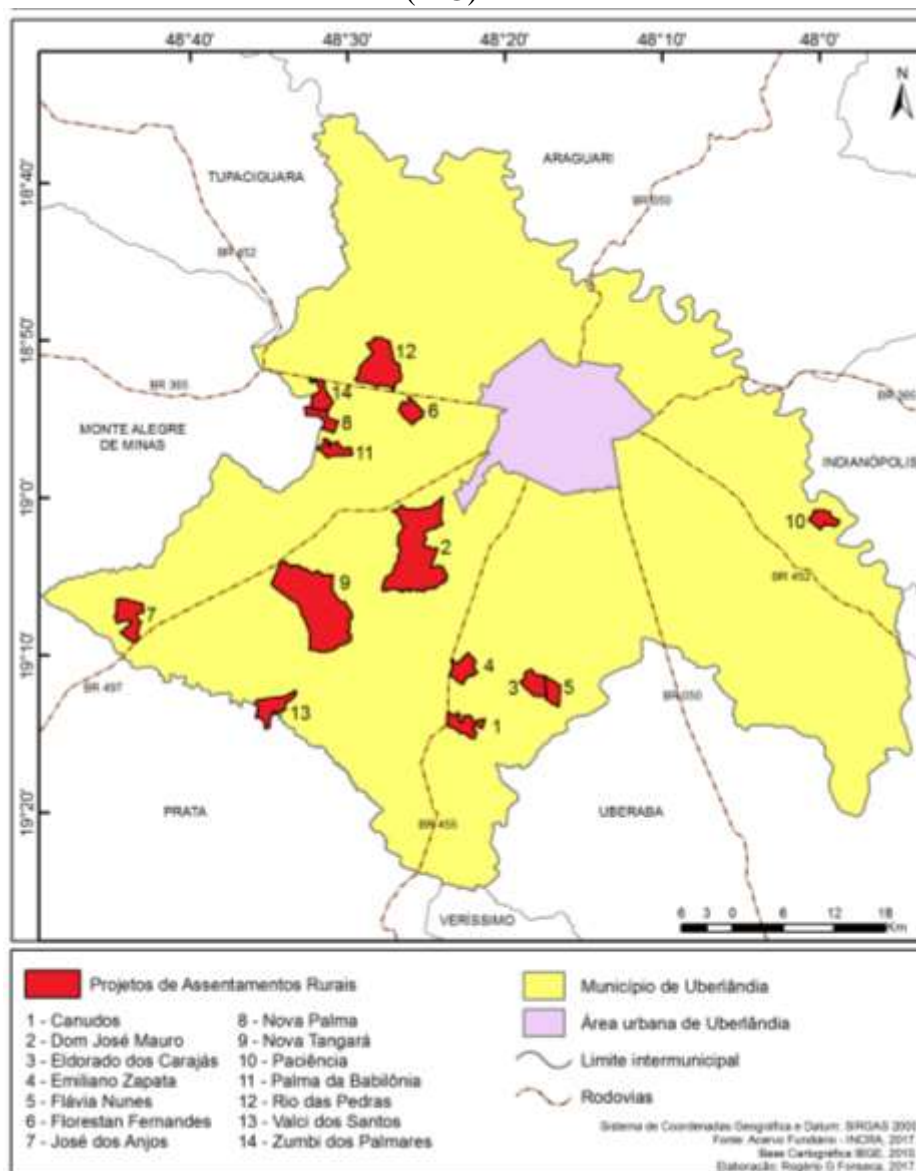
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mapa 2 – Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais no município de Uberlândia (MG)



Fonte: Acervo Fundiário – INCRA, 2017. Elaboração: FONSECA, Rogério Gerolineto, 2017.

A escolha de Uberlândia (MG) como local para realização da pesquisa deve-se ao fato de ser um município de particular interesse, por suas características de polo de atração para o agronegócio nacional e também palco de expressivas manifestações de luta pela terra, possuindo grande importância para estudos da questão agrária no Brasil,



notadamente pelo número de assentamentos rurais que existem na área rural do município.

Diante do significado sobre o que se entende por agricultura familiar, as propriedades familiares têm como característica principal a realização do trabalho pela própria família, ou seja, a família trabalha diretamente na terra. As unidades de produção rural familiar conciliam o tripé, propriedade, trabalho e família, unindo, portanto, produção e consumo. O trabalho do homem sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir dessa relação, constituem características importantes da agricultura familiar, ou seja, há um amor pela terra e pela natureza adquirida por meio de laços culturais e passada de geração para geração. Essa é a diferença que a agricultura empresarial tem com a terra, vendo-a como um meio de reprodução do capital.

Nos assentamentos rurais do município de Uberlândia (MG), a produção de alimentos é a principal fonte de renda das famílias, dentre os produtos cultivados, podemos encontrar banana, maracujá, laranja, abacaxi, mamão, mandioca, batata doce, alface, couve, brócolis, berinjela, cheiro-verde, limão, melancia e milho verde. São produtos hortifrutigranjeiros que os agricultores familiares produzem e comercializam principalmente pelos mercados institucionais, como o PNAE e o PAA. Os agricultores familiares assentados são responsáveis por fornecerem alimentos para mais de 60 mil crianças que estudam na rede municipal de ensino através do PNAE, totalizando mais de 110 toneladas de alimentos produzidos e entregues para as escolas no ano de 2015 (Correio de Uberlândia, 2014).

Para poderem comercializar os alimentos, os agricultores familiares assentados se organizaram em uma associação, que é a Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do Município de Uberlândia (Acampra), que permitiu comercializarem os alimentos pelo PNAE, que é um mais burocrático do que o PAA para venda dos produtos. De acordo com o presidente da associação, Juarez Moura, a renda das famílias aumentou em torno de 70% depois que aderiram ao PNAE e, com esse aumento, as



famílias podem investir mais em seus lotes e programarem a produção, pois a venda dos alimentos pelos programas são garantidas, com isso, os agricultores não ficam com receio de investirem em suas propriedades (Moura, 2017).

As famílias assentadas representam grande importância na produção de alimentos no município de Uberlândia (MG), tanto por fornecerem os alimentos via PNAE e PAA, como na comercialização nas feiras livres. Para terem uma maior representatividade e autonomia, eles se organizam em associações, pois assim eles conseguem comercializar seus produtos sem precisar dos intermediários, negociam diretamente com o comprador final, e isso possibilita maior geração de renda para as famílias, melhoria na produção e agregação de valor aos seus produtos, além de terem a possibilidade de participarem dos mercados institucionais, que priorizam a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares e estimulam o desenvolvimento rural, fazendo com que essas famílias consigam permanecer em suas propriedades.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

A criação e continuidade das políticas públicas dão sustentabilidade para que o agricultor familiar continue no campo, pois é uma alternativa encontrada por eles para venderem seus produtos e terem clientela durante todo ano. As políticas públicas são importantes para dar legitimidade ao agricultor familiar, é a forma pela qual o estado encontrou para auxiliá-los na sua reprodução no campo.

A partir dessas considerações, compreende-se que a produção familiar é importante para a continuidade da tradição e da persistência e permanência dos agricultores familiares, pois mesmo enfrentando todas as dificuldades, eles ainda resistem. A compreensão da permanência desta categoria social, diante das transformações que estão ocorrendo no cenário atual da agricultura brasileira é o desafio desta pesquisa.

A proposta deste estudo é analisar a efetividade das políticas públicas nos assentamentos rurais no município de Uberlândia (MG), com o objetivo de verificar se elas contribuem na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, promovendo o desenvolvimento rural. Diante disso, defendemos a tese de que tanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), quanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuem efetivamente na qualidade de vida e no fortalecimento dos agricultores familiares e a estruturação de suas organizações, além do desenvolvimento regional rural no município de Uberlândia (MG). Dessa forma, a importância desse projeto justifica-se por tratar-se de uma temática inserida em um contexto não apenas local ou regional, mas nacional, que é a (re) produção da agricultura familiar.



VI. Bibliografía

- BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (2006)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (2009)*. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI> Acesso em: 20 jun. 2017.
- CARVALHO, Daniela Gomes de, & CASTRO, Vanessa Maria de. (2009). *O programa nacional de alimentação escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável: políticas públicas e instrumentos de gestão para o desenvolvimento sustentável*. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 2009, Cuiabá MT. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-251-130-20090722021654.pdf>> Acesso 10 de junho de 2017.
- CORREIO DE UBERLÂNDIA. (2013). *Produção de assentamentos mais que dobra em relação a 2013*. Também disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/producao-de-assentamentos-mais-que-dobra-em-relacao-a-2013/>> Acesso em: 10 maio 2017.
- D'INCAO, Maria Conceição A. (1979). *O boia-fria: acumulação e miséria*. 7 ed. Petrópolis: Vozes.
- FAO/INCRA. (1996). *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão.
- FAO/INCRA. (2000). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto*. Projeto de cooperação técnica. Brasília. Também disponível em: <http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3> Acesso em: 08 abr. 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censos Agropecuários*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br, 2017>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 10 abr. 2017.
- INCRA/APR. (2007). *Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA*. Uberlândia.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). (1998). *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas/SP: Ed: UNICAMP.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MOURA, Daise Jesus de. (2017). *A Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do município de Uberlândia – ACAMPRA: desafios e perspectivas do acesso às políticas na reforma agrária*. 2017. pp. 106. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG).